

Moratória: graves consequências.

De 20 de fevereiro passado a 10 de março, o Brasil sofreu redução superior a US\$ 600 bilhões em suas reservas cambiais, que já estão abaixo de US\$ 3,3 bilhões, e um fato está provocando preocupação ao Palácio do Planalto e aos gabinetes ministeriais da área econômica: as disponibilidades atuais são suficientes apenas para financiar pouco mais de três meses de importações.

Enquanto isso, o País vem encontrando dificuldades para manter suas compras no Exterior. Segundo afirmou ontem o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, a Arábia Saudita — um dos maiores fornecedores do petróleo que consumimos — resolveu não mais aceitar, logo após a decretação da moratória, as cartas de crédito do Banco do Brasil para pagar compras do produto. Ozires garantiu que a questão já foi solucionada com a reconfirmação das cartas por outros bancos internacionais.

Uma qualificada fonte governamental revelou ao JT que a preocupação do Planalto deriva do "efeito perverso" de um conjunto de fatores, entre os quais o reduzido desempenho da balança comercial, que continuará produzindo superávits comerciais irrelevantes. Ainda que o resultado de fevereiro possa ser superior ao de janeiro e o de março está irremediavelmente comprometido com a greve dos marítimos.

A suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados — algo em torno de US\$ 500 milhões mensais — não está fortalecendo as reservas do País, simplesmente porque não há excedente comercial correspondente.

Deixar de pagar evitou apenas um co-

Somente nos últimos 20 dias, o Brasil perdeu mais de US\$ 600 milhões em reservas. E já estão começando a surgir dificuldades para comprar no Exterior: a Arábia Saudita está exigindo garantias para nos vender petróleo.

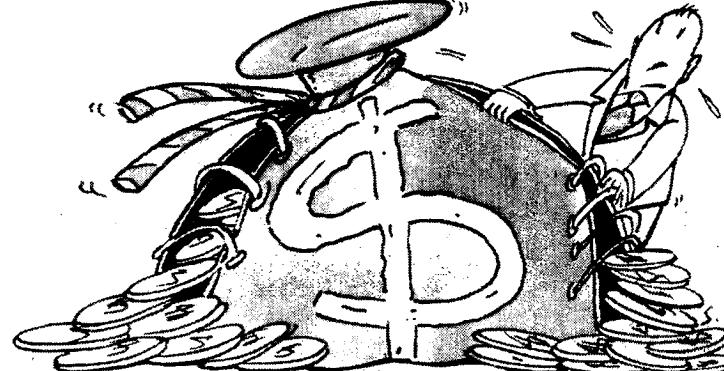
laspôs cambial completo, a exemplo do que ocorreu em 1983, forçando o governo a recorrer a empréstimos-ponte de emergência junto a governos e instituições de crédito e à liberação de créditos emergenciais por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O comportamento das reservas, antes

um dado cujo acompanhamento nascia e morria no Banco Central, hoje está sendo monitorado diariamente pelo Palácio do Planalto, por tratar-se de um fator importante para definir os rumos da negociação externa brasileira. Segundo um qualificado informante, o presidente Sarney, que havia anunciado, na noite do dia 20 de fevereiro, uma disponibilidade cambial de US\$ 3,9 bilhões, acompanha com apreensão a sangria

das reservas, na expectativa de um acerto com os bancos credores o mais breve possível.

A erosão das reservas, contudo — garante um informante do Palácio do Planalto —, até agora não demoveu o presidente da estratégia de renegociação traçada desde o ano passado, quando os problemas cambiais começaram a surgir.



Na opinião dos mesmos informantes, as reservas continuarão a cair porque os superávits comerciais serão inferiores aos compromissos que estão fora da moratória, como os juros e o principal dos empréstimos obtidos junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os compromissos com o FMI, as remessas à conta de vários itens dos serviços, inclusive lucros e dividendos, repatriamento de capital etc.

Também estão sendo pagos em dia os juros das operações de curto prazo mantidas pelos bancos privados estrangeiros com os bancos brasileiros e destinadas ao financiamento do comércio e às linhas interbancárias.

Outras fontes consultadas pelo Estado disseram que os banqueiros, tendo conhecimento da real situação das disponibilidades cambiais do País, preferirão jogar o jogo de paciência e "nos deixar sangrando", na expectativa de levar o governo a flexibilizar sua posição. Os bancos desejam conhecer, desde logo, a proposta de renegociação, mas isso não significa, na visão desses informantes, que eles estejam "doidos para negociar".

Ao contrário, a intenção é ganhar tempo para reduzir a capacidade de barganha do Brasil, hoje concentrada na moratória unilateral.

As linhas de curto prazo poderão ser prorrogadas, embora não com a adesão de todos os bancos, mas o processo de desgaste poderá afetar os depósitos voluntários do Banco do Brasil e dos bancos privados no Exterior.

oia